



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP

PSI

nº 201 • Setembro | Outubro | Novembro • 2022

PSICOLOGIA 60 ANOS

DA REGULAMENTAÇÃO AO COMPROMISSO SOCIAL



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP

04

6º CBP
Congresso reúne mais de 6,5
mil profissionais e estudantes

06

ORIENTAÇÃO
Atendimento às
pessoas intersexo

22

ARTIGO
Assédio contra
psicólogas



6º CBP | CONGRESSO REÚNE PROFISSIONAIS E ESTUDANTES DE PSICOLOGIA DE TODO O PAÍS

4

ORIENTAÇÃO | A ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO ATENDIMENTO ÀS PESSOAS INTERSEXO

6

PERSPECTIVA DA/O USUÁRIA/O | PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO

8

COTIDIANO | TRANSIÇÃO ENTRE AS GESTÕES DO CRP SP MARCA O SEGUNDO SEMESTRE

10

CAPA | 60 ANOS DE REGULAMENTAÇÃO DA PSICOLOGIA BRASILEIRA

16

ARTIGO | VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA PSICÓLOGAS NA PRÁTICA CLÍNICA

22

JORNAL PSI | RELEMBRE AS EDIÇÕES DE 2010 ATÉ O PRESENTE ANO

24

SUBSEDES | SAIBA MAIS SOBRE A HISTÓRIA DE CADA SUBSEDE

26

PENALIDADES ÉTICAS

29

ESTANTE | PUBLICAÇÕES MAIS RECENTES LANÇADAS PELO CRP SP E CFP

30



Conselho Regional de PSICOLOGIA SP

PSI

Publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidenta: Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781)

Vice-presidenta: Maria da Glória Calado (CRP 06/33194)

Secretária: Lillian Suzuki (CRP 06/27810)

Tesoureira: Luciane de Almeida Jabur (CRP 06/66501)

Conselheiras/os Efetivas/os

Ana Tereza da Silva Marques (CRP 06/141032)

Annie Louise Saboya Prado (CRP 06/86192)

Camila Prandini Prandini (CRP 06/157432)

Dreyf de Assis Gonçalves (CRP 06/55379)

Eduardo de Menezes Pedroso (CRP 06/122428)

Ione Aparecida Xavier (CRP 06/27445)

Janaina Darli Duarte Simão (CRP 06/47523)

Lillian Suzuki (CRP 06/27810)

Luciane de Almeida Jabur (CRP 06/66501)

Magna Barboza Damasceno (CRP 06/66384)

Maria da Glória Calado (CRP 06/33194)

Marta Eliane de Lima (CRP 06/94890)

Mônica Cintrão França Ribeiro (CRP 06/20583)

Murilo Centrone Ferreira (CRP 06/142583)

Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781)

Conselheiras/os Suplentes

Camila Andrade de Oliveira (CRP 06/94895)

Carlos Eduardo Mendes (CRP 06/153775)

Carú de Paula Seabra Moreira Ribeiro (CRP 06/136173)

Davi Rodríguez Ruivo Fernandes (CRP 06/118838)

Fabiana Macena Luiz (CRP 06/148611)

Gabriela Alvim de Oliveira Freitas (CRP 06/149012)

Giseli de Fátima Assoni (CRP 06/72980)

Ivani Teixeira Mendes (CRP 06/42535)

Leonardo Maggi Gambatto (CRP 06/124424)

Maria da Piedade Romeiro de Araujo Melo (CRP 06/45952)

Mayara Aparecida Bonora Freire (CRP 06/120511)

Sônia Maria Motinho da Silva (CRP 06/12033)

Tayná Alencar Berti de Souza (CRP 06/83455)

Valéria Campinas Braunstein (CRP 06/31093)

Wilson Flávio Lourenço Nogueira (CRP 06/53258)

Realização

Coord. da Comissão de Comunicação:

Ana Tereza da Silva Marques (conselheira)

Coord. de Relações Externas: Tiara Vaz Ribeiro

Assistente de Comunicação: Sasha Cruz

Redação: Raissa Genro e Sasha Cruz

Diagramação: Gabo Teixeira e Paulo Mota

Capa: Gabo Teixeira

Fotos da capa: César Greco, Tv Pínel, José Cruz/Agência Brasil, Acervo Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, iStock

Fotos internas: iStock, Acervo CRP SP

Revisão: Lúcia Carolina dos Reis

Aprovação: XVII Plenário

Impressão: IGB - Indústria Gráfica Brasileira Ltda.

Tiragem: 143.000 exemplares

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América

CEP 05410-020 São Paulo SP

Tel.: (11) 3061-9494 | (11) 3065-9494

E-mail: info@crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Alto Tietê | (11) 2378-0326

Assis | (18) 3322-6224 | (18) 3322-3932

Baixada Santista e Vale do Ribeira | (13) 3235-2324

Bauru | (14) 3223-3147 | (14) 3223-6020

Campinas | (19) 3243-7877

Grande ABC | (11) 4436-4000 | (11) 4427-6847

Metropolitana | (11) 3061-9494 | (11) 3065-9494

Ribeirão Preto | (16) 3620-1377

São José do Rio Preto | (17) 3235-2883

Sorocaba | (15) 3211-6368

Vale do Paraíba e Litoral Norte | (12) 3631-1315

www.crpsp.org.br

@crp_sp

/crpsp

/company/crp-sp

@crp_sp

/crpspvideos



CONJUNTURA BRASILEIRA MARCA OS 60 ANOS DA PSICOLOGIA NO PAÍS

Em 2022, atingimos a marca nefasta de mais de 690 mil vidas ceifadas pela **COVID-19**, muitas das quais poderiam ter sido evitadas, e vivenciamos o enlutamento em massa e as sequelas físicas e psicossociais de uma pandemia em escala mundial. Agora, somamos esforços na tentativa de reconstrução de laços e de **pactuação de novas dinâmicas em sociedade**.

É também o ano em que completamos seis décadas de regulamentação da Psicologia no Brasil, tempo para refletirmos sobre os sentidos das nossas presenças e atuações.

2022 marca, ainda, os 20 anos da **Resolução CFP 018/2002**, que afirma e reconhece o papel de psicólogas e psicólogos diante do sofrimento que historicamente tem estruturado e perpassado a vida da **população negra** em um país forjado num regime escravocrata, baseado na violência, repressão e eliminação dos corpos pretos, periféricos e com identidades consideradas indesejadas.

É neste cenário, também, que se abrem possibilidades para um novo projeto de país e o **XVII Plenário** assume a gestão do CRP SP, como coletivo da **Frente em Defesa da Psicologia**. Sob o mote **Vamos em Frente, Psicologia Resiste!**, firma seu compromisso com a profissão no estado de São Paulo pautado pela transparência, pela ética, pela inclusão e pela defesa intransigente dos direitos de todas as pessoas, reconhecendo também o legado construído pelo **XVI Plenário** ao longo de seus três anos (2019/2022) na condução do Conselho.

A edição que você está recebendo do **Jornal Psi**, de **número 201**, busca capturar um registro deste momento. A **transição entre as gestões** do CRP SP é tema da seção **Cotidiano**. A **matéria de capa** resgata os principais **marcos históricos** e o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão

no Brasil. Faz, ainda, referência às contribuições de **psicólogas e psicólogos pioneiros**, assim como às novas gerações de profissionais. Nesse ensejo, o **6º Congresso Brasileiro de Psicologia** consolida a memória da profissão e convida a reflexões sobre o presente e o futuro do fazer psicológico, reunindo cerca de 7 mil profissionais e estudantes em torno das questões mais urgentes do nosso campo.

Também nesta edição, a trajetória da Psicologia nos diferentes territórios do estado de São Paulo ganha foco na matéria que compila um pouco do histórico das **subsedes do CRP SP**. A série sobre as mais de **quatro décadas do Jornal Psi** chega ao fim, destacando a última década da publicação, que de 10 mil exemplares, inicialmente, hoje soma 143 mil revistas impressas por edição.

Na seção **Perspectiva da/o Usuário/a**, o atendimento psicológico a **pessoas com deficiência**, considerando a diversidade de corpos e subjetividades, é posto em diálogo. Em **Orientação**, nos voltamos à nota técnica e orientativa sobre **A atuação profissional de psicólogas/os no atendimento às pessoas intersexo**, tida como um marco, sendo o primeiro documento de posicionamento de uma categoria profissional sobre o tema no mundo. Em **Artigo**, nos direcionamos à questão recorrente, embora pouco vocalizada, do **assédio às próprias psicólogas** durante os atendimentos. Por fim, em **Estante**, compartilhamos a extensa lista das **últimas publicações** lançadas pelo CRP SP e CFP, todas disponíveis gratuitamente em nossos canais.

Assim, damos as boas-vindas a todas e todos e desejamos uma ótima leitura.

Você também faz parte desta história.

XVII Plenário

6º CBP REÚNE CERCA DE SETE MIL PROFISSIONAIS E ESTUDANTES DE PSICOLOGIA DE TODO O PAÍS

Realizado em São Paulo, evento mostrou a força da Psicologia comprometida com a transformação social

O **Congresso Brasileiro de Psicologia (CBP)** é um dos eventos mais importantes da Psicologia no Brasil. O *Congressão*, como é chamado por quem o frequenta há mais tempo, ocorre a cada quatro anos, na cidade de São Paulo, desde 2002, e se estabelece como ponto de diálogo entre formação, Ciência e profissão. Em sua 6ª edição, realizada entre 11 e 15 de novembro deste ano, demonstrou sua força ao reunir 6.852 mil pessoas, entre estudantes e profissionais, para pensar o futuro da Psicologia brasileira.

O **Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP)**, junto ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) e ao **Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB)**, fez parte da organização do 6º CBP que, em 2022, marcou os 60 anos de regulamentação da Psicologia como profissão no país. Ao todo, o evento mobilizou a exposição de mais de três mil trabalhos e 1,5 mil pôsteres e a realização de 47 minicursos, 22 conferências, mesas-redondas, oficinas e estandes.

Na abertura do congresso, a conselheira presidenta do CRP SP, a psicóloga (CRP 06/71781) Talita Fabiano de Carvalho, reforçou o 6º CBP como um espaço de afetos, trocas e construções democráticas e coletivas. Saudou as participantes e os participantes que vieram de longe, de diferentes regiões do Brasil, e todas e todos que doaram suas forças de trabalho e energias para que o evento pudesse acontecer. “Va-

mos fazer a vivência da ética, desenvolvendo nossa capacidade de reconhecer a outra, o outro que em nosso caminho se coloca. Vamos cuidar umas das outras, uns dos outros, compartilhar resistências, sonhos e esperanças. Ainda mais depois de anos sombrios, atravessados por políticas genocidas, por desmonte de Políticas Públicas e ameaças à democracia”, expôs.

Também na abertura, a conselheira do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), Maria Aparecida Bento, a Cida Bento, como é conhecida, apontou as desigualdades no país. Ressaltou como os mais de 300 anos de escravidão de povos africanos e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) são eventos que ainda não foram devidamente debatidos e levados a termo, uma vez que boa parte da população afirma *sentir saudades desse tempo*. Ela complementa: “Gosto muito quando a Angela Davis fala que não somos nós, individualmente, mas as instituições que estão carregadas de violência. Então temos que mexer com as instituições, trabalhar por dentro delas. Entender como elas reproduzem, por exemplo, as desigualdades de raça, sendo que racismo é crime”, finalizou.

As conselheiras e os conselheiros do CRP SP tiveram participação intensa nos cinco dias de encontro, abordando temas que variaram entre Psicologia Clínica, Educação, Direitos Humanos, maternidade, luto, redução de danos, avaliação psicológica, entre outros.

Confira as articulações em que o CRP SP esteve presente no 6º CBP, entre rodas de conversa, oficinas e painéis:

- Cerimônia de abertura, com análise da conjuntura e o papel da Psicologia
- Psicologia, (in)formação e prática. Da construção profissional a uma atuação de qualidade
- Referências técnicas para atuação de psicólogas/os na Educação (oficina)
- Desafios atuais em Psicologia Clínica, Psicoterapia e Avaliação Psicológica
- O luto das mulheres que perderam os filhos para a violência policial
- Violências contra crianças e maternidades
- Orientação para psicólogas/os na atuação profissional com pessoas intersexo (oficina)
- No lugar delas (oficina)
- A Psicoterapia na rede pública: possibilidades e limites
- Ética e Direitos Humanos em Psicologia: desafios e potencialidades à formação
- Comunicação inclusiva (oficina)
- Redução de danos (oficina)
- Documentos escritos produzidos em Psicologia decorrentes de Avaliação Psicológica (oficina)
- Contribuições do núcleo de Psicologia e Educação da Subsele Metropolitana para a implementação da Lei 13.935/2019 (oficina)
- Psicologia Clínica: um olhar sobre este campo de atuação da/o psicóloga/o
- Documentos escritos (oficina)
- Violências contra psicólogas na prática profissional (oficina)

Dos temas mais relevantes, os debates em torno da diversidade e da garantia de direitos a todas e todos também permearam as ações no congresso. Reconhecer as diferenças, não como desigualdades, mas como parte integrante da pluralidade de identidades que compõem o tecido social, faz parte do compromisso da Psicologia. As oficinas *Orientação para psicólogas/os na atuação profissional com pessoas intersexo*, com participação da Talita Fabiano de Carvalho, e *Comunicação Inclusiva*, conduzida pelas conselheiras do CRP SP Ana Tereza da Silva Marques (CRP 06/141032) e Ione Aparecida Xavier (CRP 06/27445), movimentaram os debates salientando como determinadas identidades foram historicamente excluídas e negligenciadas. As temáticas racial e da população LGBTQIA+ foram focos de diversas mesas e oficinas do 6º CBP.

Entre os destaques do evento, também estiveram as discussões sobre enfrentamento das violências de gênero, o lançamento do site oficial do Sistema Conselhos de Psicologia pela implementação da Lei 13.935, que garante profissionais de Serviço Social e Psicologia nas escolas, e a entrega do Prêmio Práticas Inovadoras no Exercício da Psicologia, encerrando o congresso.

Esta edição contou com o aplicativo 6º CBP, que pôde ser baixado gratuitamente e conteve toda a programação do congresso, facilitando o acesso às informações sobre dias e horários das mesas e debates. O evento também buscou acessibilidade por meio de intérpretes de LIBRAS e de rampas e elevadores de acesso.

A cobertura completa do 6º CBP está disponível nos canais oficiais do congresso e do Conselho Federal de Psicologia.



A ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO ATENDIMENTO ÀS PESSOAS INTERSEXO

A psicóloga e o psicólogo devem estar atentos para acolherem e não reproduzirem as violências, estereótipos e preconceitos que geram sofrimento e exclusão

Arte: Micael Melchiades.

A Psicologia, como Ciência e Profissão, se desenvolve na defesa dos Direitos Humanos ao mesmo tempo em que sua história é marcada por profundas contradições. Vimos a profissão servindo, ao longo do tempo, de instrumento de dominação, classificação e hierarquização social, reforçando estereótipos e preconceitos causadores de sofrimentos nas pessoas e fortalecendo estruturas sociais de exclusão.

Quando pensamos sobre o que constitui os sujeitos e suas subjetividades, logo nos deparamos com profundas facetas sobre o processo de construção das identidades. Nossa cultura tem imposto e afirmado modelos cisheteronormativos que, historicamente, como efeito, estigmatizam e patologizam grupos sociais que se afastam destas características, produzindo dor, preconceito e violência, ferindo a dignidade humana e gerando sofrimentos.

Nessa dinâmica, temos a pessoa intersexo como a que possui características sexuais congênicas que não se enquadram nos padrões sociais de homem e mulher num conjunto amplo de variações de corpos masculinos e femininos que criam riscos de discriminação e estigma. Para o atendimento psicológico às pessoas intersexo, como forma de orientar as profissionais e os profissionais da Psicologia, o CRP SP, em construção conjunta com a Associação Brasilei-

ra de Intersexos (ABRAI), elaborou a Nota Técnica e Orientativa: *"A atuação profissional de psicólogas/os no atendimento às pessoas intersexo"*.

"Realizamos a escuta de psicólogas e psicólogos sobre dificuldades que enfrentam com casos de pessoas intersexo que chegam ao atendimento, ainda mais considerando que a temática não fez ou faz parte da formação destes profissionais. Evidenciamos a necessidade de elaboração de um material de referência", destaca Thais Emilia de Campos dos Santos, presidenta da ABRAI, sobre a construção da nota, considerada pioneira pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Talita Fabiano de Carvalho, conselheira do CRP SP que participou da elaboração da orientação, explica que "temos recebido diversas denúncias de pessoas atendidas por profissionais de Psicologia que desconsideraram esta condição de vida, promovendo situações de agravamento do sofrimento e sendo incentivadoras de mutilações não justificáveis. A Psicologia tem o compromisso ético com todas as formas de existência humana e deve contribuir para a qualidade de vida dos sujeitos e coletividades. Assim, nos cabe a escuta das pessoas atendidas sem julgamentos prévios e sem ferir suas existências".

A seguir, confira os principais pontos trazidos na nota. Você acessa o material, na íntegra, no site, nas redes sociais do CRP SP e pelo código QR Code.

O trabalho da/o psicóloga/o deve se pautar pela integralidade do atendimento psicológico e pela humanização da atenção, não estando condicionado, restrito ou centralizado no procedimento cirúrgico de adequação genital, nas terapias hormonais e demais intervenções normatizantes.

A atuação psicológica não deve se orientar, de forma alguma, por um modelo patologizado ou corretivo da intersexualidade e de outras vivências intersexo, nem orientar designação e cirurgias afirmativas de gênero para mães/demais familiares/responsáveis de bebês intersexo, e sim atuar como ferramenta de apoio à construção da autonomia do sujeito, de modo a ajudá-lo a certificar-se da autenticidade de sua demanda, englobando todo o seu contexto psicossocial.

Deve-se respeitar o reconhecimento social da pessoa intersexo, o que envolve sua autoidentificação quanto aos pronomes, artigos e nome.

O acompanhamento psicológico na rede pública, no âmbito da saúde, deve basear-se no acolhimento e na escuta, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia das pessoas intersexo desde a infância.

A atuação psicológica deve estar amparada nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, entre eles, direito à autonomia e autodeterminação, não discriminação e integridade corporal. Além disso, a atuação psicológica deve responsabilizar-se eticamente pela população intersexo, compondo uma atuação despatologizante que parta da diversidade.

A intersexofobia é um tipo de preconceito e de discriminação semelhante ao racismo, sexismo e à homofobia. Refere-se a um conjunto de atitudes negativas, sentimentos ou ações contra pessoas intersexo ou em direção à intersexualidade. Pode envolver manifestações de repulsa emocional, medo, violência, raiva ou desconforto sentidas ou expressas em relação às pessoas intersexo. É imprescindível que no exercício profissional da Psicologia, a intersexofobia SEJA COMBATIDA e não seja praticada em nenhuma situação que contenha pessoas intersexo ou não.

A/o psicóloga/o deverá valer-se de pesquisas e estudos com conteúdo de relevância biopsicossocial e culturais na área de gênero e sexualidade na busca de respaldo teórico para entendimento do contexto social, para além da compreensão corponormativa, heterocisnormativa e endosexo.

Acesse a nota, na íntegra:





“PERCEBI QUE AS PSICÓLOGAS E OS PSICÓLOGOS NÃO COMPREENDIAM A QUESTÃO DA VIVÊNCIA E CULTURA DA COMUNIDADE SURDA”

Arquiteto e consultor em Diversidade e Inclusão, Alexandre Dantas Ohkawa conta sua experiência como pessoa com deficiência auditiva autodeclarada surda e a falta de acessibilidade



Fotos: Acervos pessoais de Alexandre Ohkawa e Ana Marques. Arte: Gabo Teixeira.

Aos 28 anos, Alexandre Ohkawa se percebeu como uma pessoa surda. Durante uma aula de linguística na faculdade, sua professora comentou que pessoas surdas jamais conseguiriam diferenciar determinados sons e, mesmo com a ajuda de aparelhos auditivos ou implante coclear, a percepção auditiva ainda seria limitada. Foi a partir dessas palavras que Alexandre reconheceu a importância da representatividade, identidade e da cultura da comunidade surda, ao mesmo tempo em que percebeu que jamais seria ouvinte (pessoa que escuta). A partir daí, passou a ter que lutar para que a diferença fosse reconhecida e aceita.

“Nasci e cresci sendo rotulado, me sentia diferente dos demais. Somente aos 28 anos notei uma mudança: como sempre falei bem o português, todos me tratavam como se eu fosse um ‘ouvinte’, uma pessoa ‘sem deficiência’. No entanto, as pessoas me colocavam na categoria de ‘estrangeiro’, pelo sotaque. Mas não era essa a verdade: eu era surdo e precisava me expressar”, conta o arquiteto.

A vivência cotidiana de pessoas surdas é atravessada constantemente por uma perspectiva capacitista e assistencialista que, longe de promover inclusão e equidade, só reforça o preconceito generalizado e excludente. Tal enquadramento está presente também, como constata Alexandre, nas práticas psicológicas. Como usuário de serviços de saúde, ele afirma ter tido dificuldades com as/os profissionais pelas/os quais passou, pelo fato de não compreenderem questões referentes à comunidade surda, muito menos as suas especificidades.

Variação do sinal “saúde mental” em LIBRAS*

*A língua de sinais não é universal, podendo ter variações de acordo com as localidades



“A forma de se relacionar das psicólogas e dos psicólogos com usuários está atrelada à vivência de pessoas não deficientes, existindo muitos achismos em relação a pessoas com deficiência. Infelizmente, há falta de acessibilidade comunicacional, principalmente em compreender que pessoas surdas são plúrais. Se as psicólogas e os psicólogos tivessem ao menos fluência em LIBRAS, já ajudaria muito”, defende. Alexandre acrescenta que os ruídos na comunicação e compreensão da parte de profissionais foram limitantes na sua experiência enquanto usuário. “A Psicologia ainda não é inclusiva, e pude perceber o quão pessoas com deficiência ainda são marginalizadas no atendimento”, constata.

Segundo a psicóloga surda (profunda), bilingue e conselheira do CRP SP Ana Tereza da Silva Marques (CRP 06/141032), ainda há um longo trajeto para que os serviços psicológicos sejam acessíveis a pessoas com deficiência. “Cabe a nós, como profissionais de Psicologia, resgatar e reconhecer que o processo histórico da profissão é capacitista, ouvintista e excludente, para então termos uma tomada de consciência e trabalharmos em prol de mudanças, inclusive sempre junto com profissionais de Psicologia que são pessoas com deficiências, fazendo jus à campanha *Nada sobre nós, sem nós*”, pontua Ana.

Nesta seara, é importante ressaltar dois marcos legais que contemplam as demandas da população com deficiência. A **Lei n.º 10.098/2000**, conhecida popularmente como **Lei da Acessibilidade**, estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência, ou com mobilidade reduzida, nas edificações públicas ou privadas de uso coletivo, entre outros. Sem acesso aos

equipamentos urbanos, às escolas, aos postos de saúde, aos transportes públicos, as pessoas com deficiência não podem exercer, plenamente, a sua cidadania. Outra norma é a **Lei n.º 13.146/2015**, que institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**, que concretiza os direitos desta parcela da sociedade.

“Precisamos explicitar que a luta contra o capacitismo - logo, por uma Psicologia anticapacitista - não é responsabilidade exclusiva dos Conselhos Regionais e do Federal: é uma luta da categoria como um todo, bem como de qualquer cidadão, pois você não precisa ter deficiência para lutar contra o capacitismo”, conclui a psicóloga.

Vocabulário

Pessoa com deficiência - Pessoa com uma condição congênita ou adquirida de longo prazo cuja dificuldade não está na deficiência em si, mas na interação da pessoa com o ambiente (as barreiras do ambiente podem obstruir a participação plena e efetiva da pessoa). Lembrar também que ser uma pessoa com deficiência é mais do que um diagnóstico; é uma identidade, que possui uma luta histórica por direitos, justiça social, igualdade, equidade e oportunidade.

Capacitismo - Ideia de que a pessoa com deficiência não pode realizar atividades comuns a todas as pessoas em função da deficiência.

Ovintismo - Modo de estruturar a vida social em torno de pessoas ouvintes, excluindo pessoas surdas.

Fontes: Guia Prático sobre Acessibilidade para profissionais de Psicologia. CRP SP. 2022. Lei Nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência)

Conselheira e psicóloga Ana Tereza da Silva Marques

LEGADO DE MUDANÇAS MARCA A TRANSIÇÃO ENTRE GESTÕES NO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO

A defesa da Psicologia, a inclusão da diversidade e a modernização no atendimento à categoria estão entre as diretrizes do XVII Plenário, que assumiu em setembro deste ano

O Brasil concentra em torno de **430 mil psicólogas e psicólogos**. Destes, aproximadamente 130 mil estão inscritos no CRP SP. Os desafios implicados na gestão pública para atender a categoria em todos os territórios do estado de São Paulo, com qualidade e celeridade, e fazer valer as funções precípuas de orientar, fiscalizar, normatizar e disciplinar o exercício profissional não são poucos.

Cumprindo as normativas do Sistema Conselhos de Psicologia, o **XVI Plenário** despediu-se da condução da autarquia em 23 de setembro deste ano, sendo sucedido pelo **XVII Plenário**, eleito pela categoria com 61,93% dos votos válidos.

No discurso de posse, a nova gestão, composta por integrantes da Frente em Defesa da Psicologia, afirmou o caráter coletivo e inclusivo de suas propostas. Comprometeu-se com a defesa de uma Psicologia feita sem preconceitos e barreiras geradoras de sofrimentos, com participação efetiva da diversidade que compõe a população brasileira e na garantia dos direitos estendidos a todas as pessoas. O próprio plenário, seguindo a **Resolução CFP 005/2021**, é composto por pessoas de diferentes identidades LGBTQIA+, negras, pardas e amarelas, com deficiência, de distintos territórios e faixas etárias. Confira a composição do XVII Plenário na contracapa desta edição.

O novo plenário terá que cumprir, até setembro de 2025, as diretrizes e ações políticas acordadas por meio do Sistema Conselhos de Psicologia ao longo de seu amplo processo democrático. Iniciado em julho de 2021, esse processo parte do levantamento de propostas para a construção da Psicologia brasileira, elaboradas nos territórios durante os eventos preparatórios, com a participação de diversas psicólogas, psicólogos e estudantes. Tem seguimento com o **Congresso Regional de Psicologia (COREP)**, etapa na qual participaram 89 profissionais e nove estudantes de Psicologia e que culminou nas deliberações do **11º Congresso Nacional da Psicologia (CNP)**, com a participação de cerca de 400 delegadas e delegados eleitos de todo o Brasil.

A partir dos eixos estabelecidos no 11º CNP (Eixo 1: Organização Democrática e Participativa do Sistema Conselhos no Enfrentamento da Pandemia; Eixo 2: Defesa do Estado Democrático e dos Direitos Humanos via Políticas Públicas e Eixo 3: O fazer ético e científico da Psicologia no trabalho em saúde mental), a nova gestão do CRP SP irá priorizar macroações para alcançar os objetivos propostos em cada um dos eixos, resultando no **Planejamento Estratégico do CRP SP 2022 - 2025**, base para atuação do XVII Plenário.

Conheça os princípios da Frente em Defesa da Psicologia, eleita para o XVII Plenário

1. Defesa de uma Psicologia Ética que atenda às necessidades da sociedade considerando a diversidade social, econômica e cultural e seus impactos na produção do sofrimento.
2. Difusão do conhecimento sobre a indissociabilidade entre Defesa de Direitos e Psicologias.
3. Rompimento com a manicomialização, patologização, medicalização e judicialização nas práticas das Psicologias.
4. Produzir orientação às diferentes áreas de atuação da Psicologia considerando suas especificidades e abordando problemáticas contemporâneas.
5. O Conselho como referência de formação em Ética Profissional levando em consideração as parcerias com entidades de formação, defesa de direitos trabalhistas e áreas da Psicologia.
6. Ser espaço de acolhimento, orientação, proteção e referência para as/os/es psicólogas/os/es.
7. Psicologia como Ciência e Profissão em defesa das/os/es psicólogas/os/es e com a participação ativa nas atividades fins do Conselho.
8. Qualificação do diálogo e da comunicação institucional do CRP com as/os/es profissionais, numa estrutura ampliada, ativa e dialógica.
9. Atendimento com qualidade, acessibilidade e deceleração para a garantia do direito aos serviços ofertados pelo CRP a profissionais da Psicologia.
10. Realização de uma gestão pública, administrativa e financeira responsável, visando à promoção e garantia do direito ao trabalho das/os/es psicólogas/os/es.
11. Igualização da estrutura financeira pela direta relação entre arrecadação e gastos referente à aplicabilidade da execução orçamentária na autarquia.

Psicologia é para todo mundo e se faz com Direitos Humanos!

O XVI Plenário, sob o mote *Psicologia é para todo mundo e se faz com Direitos Humanos*, esteve à frente do Conselho de setembro de 2019 a setembro de 2022, orientando-se pelos eixos e macroações definidos no 10º CNP e no Planejamento Estratégico CRP SP 2019 - 2022. A seguir, acompanhe as ações realizadas no período. *Ao fim da matéria, acesse o Relatório de Gestão 2019 - 2022.*

Atuação na pandemia e legado de mudanças

A pandemia da covid-19 colocou a gestão do CRP SP em frente do urgente desafio de virtualizar seus processos para que a autarquia seguisse em funcionamento e ao mesmo tempo garantisse proteção à saúde das trabalhadoras, trabalhadores, psicólogas e psicólogos, evitando o contágio e a circulação do novo coronavírus.

Durante o período, para que a própria categoria pudesse manter seus atendimentos on-line, a **Comissão de Orientação e Fiscalização (COF)** certificou **43.108 cadastros do e-Psi**, plataforma que chancela a prestação de serviços psicológicos por meio virtual. Com apoio jurídico, a COF também adaptou as orientações por convocação e aplicações do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ao formato remoto, assegurando os requisitos técnicos e éticos necessários a estes processos.

A **Comissão de Análise de Títulos de Especialista (CATE)** manteve suas operações de modo on-line, tendo avaliado **3.748 solicitações**. As cerimônias de entrega da Carteira de Identidade Profissional (CIP) foram transformadas nos encontros virtuais do **CRP Acolhe**, plataforma voltada ao acolhimento e orientação às novas e aos novos profissionais. Até julho deste ano, haviam sido realizadas **454 reuniões** do CRP Acolhe, integrando participantes da capital, interior e litoral do estado.

Os serviços e atendimentos administrativos prestados à categoria passaram a funcionar remotamente durante o período. Em paralelo, teve início a implementação do sistema **BR Conselhos**, plataforma que integra a base de dados da sede e sub-sedes e possibilita às psicólogas e aos psicólogos a realização de serviços on-line de modo autônomo, tais como a emissão da declaração profissional e o pagamento de boletos, entre outros.

As **assembleias ordinárias**, momentos em que a categoria vota nas propostas para a anuidade do ano seguinte, migraram para o on-line, por meio de ferramenta customizada, resultando em maior número de participantes e facilitando a presença de psicólogas e psicólogos de diferentes localidades.

O diálogo constante com a sociedade também esteve entre as frentes de ação na pandemia. Por meio da plataforma **CRP Apóia**, o CRP SP publicou **notas e cartas abertas a autoridades públicas** com o intuito de fortalecer a prática da Psicologia como área da saúde e garantir a defesa da vida e dos Direitos Humanos em diferentes espaços sociais.

Também oficiou órgãos e instituições em momentos estratégicos, como quando se iniciou o processo de imunização contra a covid-19 no estado de São Paulo, solicitando, entre outros pontos, a priorização da vacina às pessoas com deficiência(s) e às profissionais e aos profissionais do SUAS, entre outras notificações, por vezes realizadas em conjunto com demais instâncias, como o **Fórum de Entidades da Psicologia Brasileira (FENPB)**.

Uma pesquisa respondida por mais de 5 mil psicólogas e psicólogos sobre atuação profissional durante a pandemia inspirou a criação da **I e II Mostra Virtual de Práticas da Psicologia**, realizadas em agosto de 2020 e 2021, Mês da Psicologia. As mostras contaram, ao todo, com a exposição de 252 trabalhos em suas virtuais, proporcionando o encontro e a troca entre profissionais e estudantes sobre suas práticas na excepcionalidade da crise sanitária. Assim, construindo a memória da profissão em um momento histórico de tragédia e calamidade pública.

Também neste sentido, o **Seminário Formação em Psicologia no contexto da pandemia da covid-19: impactos da Portaria MEC n.º 544** e o **X Seminário Estadual de Psicologia e Políticas Públicas** se propuseram a promover o diálogo sobre a formação em Psicologia e as atuações nas Políticas Públicas contextualizadas na pandemia.

Entre as campanhas desenvolvidas no período, a COF elaborou a plataforma **CRP Responde**, voltada às principais dúvidas sobre exercício profissional considerando a realidade imposta pela crise sanitária. A campanha **#COVIDNaReal**,

lançada nos canais do Conselho e com desdobramentos na imprensa, produziu 35 artigos didáticos, elaborados em linguagem de fácil compreensão, sobre os efeitos psicossociais da pandemia, resultando em uma audiência de mais de **1 milhão de visualizações**. Para concentrar informações e facilitar o acesso a elas, foi criado o **site especial A Psicologia e O Coronavírus**.

A necessidade de modernização da autarquia evidenciou-se ainda mais no contexto pandêmico. A partir de intensos estudos e em diálogo com as trabalhadoras e os trabalhadores, como resultado, foram elaborados os Programa de Demissão Voluntária (PDV), os manuais para organização das áreas e os novos Plano de Empregos, Carreiras e Salários (PECS) e Regimento Interno, estes últimos em processo de implementação.



Orientação à categoria

Durante a pandemia, a COF intensificou suas orientações profissionais, somando mais de **30 mil orientações diretas** realizadas por e-mail, telefone e presenciais. Mesmo com as atividades de fiscalização suspensas nos períodos críticos do isolamento social, a Comissão pôde realizar 363 fiscalizações até a metade deste ano. **A Comissão de Ética (COE)**, além de lançar edição temática do Código de Ética contextualizada no período pandêmico, avaliou concursos públicos, ampliou sua **Câmara de Mediação** e manteve suas plenárias e processos éticos em andamento.

Somados a isso, os **CRP SP Debates** (*lives*), os **Diálogos On-Line** (rodas de conversa) e campanhas mantiveram o contato com a categoria e reforçaram as orientações profissionais, ao exemplo dos ciclos de CRP SP Debates sobre a **Lei Geral de Proteção de Dados, a LGPD (Lei n.º 12.965)**, e sobre a **Prevenção e Posvenção da Autolesão e do Suicídio**, direcionados à atuação de profissionais da Psicologia.

A série **Psicologia no Dia a Dia** veiculou 20 vídeos didáticos compartilhando informações e orientações às psicólogas e aos psicólogos sobre o exercício profissional. A parte final da campanha, voltada aos **Documentos Escritos**, teve roteiro produzido pela COE. Quando conferidos sequencialmente, formam uma espécie de Perguntas e Respostas (FAQ) em formato de vídeos animados.

A série **CRP SP Orienta**, composta por fôlderes com orientações sobre atuações diversas, foi atualizada contando com contribuição da **Comissão de Psicoterapia e Avaliação Psicológica (CPAP)**.

A série trouxe fôlderes inéditos tematizando orientações sobre Psicoterapias, Psicologia do Trânsito, Neuropsicologia, atendimento clínico para crianças e adolescentes com pais separados e Avaliação Psicológica com o acréscimo da atuação remota. O assédio contra psicólogas também esteve à frente de ações, que mobilizaram grupos de discussões, nota conjunta com o Sindicato dos Psicólogos (SinPsi), criação de canal de denúncia e manifestações na imprensa.

O **Centro de Referências Técnicas e Políticas Públicas em Psicologia (CREPOP)** lançou nove Referências Técnicas sobre atuação de psicólogas e psicólogos nas Políticas Públicas, contando com quatro pesquisas em andamento. Cada uma das novas **Referências Técnicas** ganhou formato em vídeo, rodando nas redes sociais. As Referências Técnicas também foram impressas e distribuídas a entidades da Psicologia, instituições de Ensino Superior e às subseções, junto aos demais materiais de orientação produzidos nesta gestão. Todas essas publicações estão disponíveis no site do CRP SP e CFP, assim como na **Biblioteca Virtual do CRP SP**, lançada em setembro. *Confira as publicações na seção Estante ao fim desta edição.*



Ampliação de canais e diálogo com a sociedade

O Conselho manteve suas 130 representações em órgãos de controle social no estado de São Paulo, estando presente e atuante em Conselhos Municipais e Estaduais de Direitos e Políticas Públicas, inserindo a Psicologia nestes espaços.

A **implementação da Lei 13.935**, que assegura equipe multidisciplinar na Educação Básica, formada por profissionais de Serviço Social e Psicologia, ocupou diversas frentes de ações nesta gestão. Entre elas, a realização de seminário junto ao Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS), ao SinPsi e à Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABRAPEE) para abordar a questão.

Somadas a isso, as mobilizações pela aprovação do Fundo Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (**FUNDEB**), desenvolvidas em parcerias com outras entidades, foram vitoriosas. A defesa da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (**PNEEPEI**) também esteve entre as defesas tomadas pelo XVI Plenário.

A luta pela **jornada de até 30 horas da Psicologia** resultou em articulações com CFP, Federação Nacional das/os Psicólogas/os (FENAPSI), deputadas/os federais de diferentes estados, lideranças políticas dos territórios e gestoras/es do Executivo. A pauta avançou, com aprovações na Câmara dos Deputados.

Os **60 anos da regulamentação da Psicologia como profissão no Brasil** foram marcados por sessões solenes realizadas nas Câmaras Municipais e por outros eventos localizados nos territórios, como palestras, seminários e aulas abertas. Com abrangência estadual, na cidade de São Paulo, houve as cerimônias solenes na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) e Câmara Municipal e seminário temático realizado na sede com transmissão ao vivo pelas redes sociais.

Os **canais digitais do CRP SP** também foram ampliados: o **Twitter** foi reativado e inaugurou-se a página do Conselho no **LinkedIn**. Os canais do Instagram e YouTube tiveram, respectivamente, **crescimento de 57% e 59%** em número de seguidoras e seguidores, com o YouTube somando aumento de **82% na audiência** e atingindo mais de **1,3 milhão de visualizações orgânicas**.

Ampliando as potencialidades de diálogo com a categoria e a sociedade, foi criado o **canal de podcast Estação Psicologia**. As **lives** (CRP SP Debates) e os Diálogos On-Line (rodas de conversa virtuais) foram espaço de discussões para os mais diversos temas dentro das reflexões da Psicologia enquanto profissão e campo de conhecimento. No total, foram realizadas **65 lives** com uma audiência de mais de **348 mil visualizações** e **189 rodas de conversa**, reunindo mais de **7 mil participantes dos territórios**.

A **acessibilidade na comunicação** esteve entre as prioridades da gestão, resultado de intensa pesquisa e estudo integrando a Comissão de Comunicação e o Grupo de Trabalho dos Núcleos das Pessoas com Deficiências. O **Manual e o Guia de Linguagem do CRP SP** foram elaborados reunindo os acordos do Conselho em seu compromisso com uma linguagem o mais inclusiva possível (anticapacitista, antirracista e não misógina). As redes sociais do CRP SP também ganharam nova Política de Comunicação, incluindo as funções de **SAC e social media**, com interações e retornos à categoria nestes canais.

Todos esses esforços geraram números expressivos, com uma produção de mais de **7.2 mil publicações** (entre posts para redes sociais, informes via e-mail, notícias para o site, materiais de divulgação e publicações gráficas), oportunizando em torno de **30 milhões de visualizações** (acessos ao site e audiência nas redes sociais).



Ampla defesa dos Direitos Humanos

O XVI Plenário fomentou amplamente a discussão em torno da violência estrutural, incluindo o combate ao genocídio e ao capacitismo, também os temas em torno do compromisso social da Psicologia. Para tal, a **Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas (CDHPP)** debruçou-se sobre o **Calendário de Direitos Humanos** e elaborou, ao todo, 144 artigos publicizados nos canais do CRP SP, com orientações à categoria sobre temas como o etarismo e o direito das idosas e dos idosos, população em situação de rua, entre outros.

O cuidado em liberdade e a luta antimanicomial estiveram no foco das ativações de rua **#PorUmSUSAntimanicomial** que percorreram, no primeiro semestre deste ano, 11 cidades do estado de São Paulo projetando frases de impactos sobre a temática nas laterais e fachadas de prédios. A edição especial do Jornal Psi, de número 200, também foi direcionada ao assunto.

Em 2021, a série de podcast **Cuidado em Liberdade** trouxe entrevistas com profissionais da Psicologia e de outras áreas, também com usuárias e usuários dos serviços de saúde, resultando no Caderno Temático de mesmo nome. O CRP SP também esteve presente nas mobilizações do 18 de Maio, tanto nas virtuais ocorridas nos períodos de isolamento social, quanto no ato de retorno às ruas, que tomou a Avenida Paulista, na capital.

O **Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais** chegou à sua segunda edição em parceria com a Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es (ANPSINEP) e o SinPsi, potencializando trabalhos científicos e artísticos que dialogam com a saúde mental e as relações raciais. A *live* de cerimônia da premiação e o catálogo com as obras selecionadas estão disponíveis nos canais do CRP SP.

O **Seminário Estadual "Segurança Pública e violência policial: quais corpos são alvos?"** debateu o genocídio da população negra, problematizando a questão do racismo, da tortura e da repressão de Estado. O Caderno Temático sobre o seminário pode ser acessado nos canais do CRP SP. As campanhas da Psicologia Antirracista organizaram *lives*, série de vídeos didáticos protagonizados por uma atriz negra e vídeo-manifesto sobre a **"Saúde Mental a População Negra Importa"**.

Ao longo dos três anos de gestão do XVI Plenário, dentro dos **16 e 21 Dias de Ativismo pelo fim da Violência contra as Mulheres**, foram realizadas *lives* temáticas, rodas de conversa, oficinas

com trabalhadoras e trabalhadores da autarquia e série de retratos e depoimentos de mulheres cujas vidas foram atravessadas pelas violências de gênero. A **Lei Brasileira de Inclusão** também mobilizou discussões, contando com a publicação de vídeos e manifestos e a realização de *lives* e rodas de conversa com a participação da categoria.

A defesa da população **LGBTQIA+** também foi abordada em campanhas, *lives* e outras ações, como a série de vídeos protagonizada por pessoas de diferentes territórios que expressavam a sua diversidade sexual e de identidades. O Estatuto da Criança chegou à sua terceira década de existência, em 2020, com a campanha **ECA+, a gente luta, a gente brinca**, realizando cinedebate, encontros virtuais, *lives* e carta conjunta ao Movimento Pela Proteção Integral de Crianças e Adolescentes.

Assim o XVI Plenário encerra a sua gestão, afirmando o compromisso de uma Psicologia feita para todo mundo e com Direitos Humanos.

Acesse o Relatório de Gestão do CRP SP XVI Plenário (2019 - 2022)





60 ANOS DE REGULAMENTAÇÃO DA PSICOLOGIA BRASILEIRA

Marcos históricos, lutas sociais e comprometimento com os Direitos Humanos

Arte: Gabo Teixeira.

A história da Psicologia no Brasil é marcada por diversas lutas, avanços sociais e contradições no seu processo de constituição. Dizer que a Psicologia tem 60 anos de regulamentação não quer dizer que ela só existiu a partir de 1962, ano marco da Lei n.º 4.119 que regula a profissão, ou que ela se apresenta à sociedade hoje da mesma forma que se apresentou no passado, sem mudanças sociais ou políticas na sua formação. A Psicologia, como área de saber e prática profissional, está intrinsecamente ligada ao contexto histórico e cultural do país e, por isto mesmo, é resultado de um acúmulo de lutas e engajamentos que a tornaram como ela é hoje: aliada à democracia e comprometida com os Direitos Humanos. Acompanhe, a seguir, um breve relato da trajetória desse campo de conhecimento.

Primórdios dos saberes psicológicos

Em geral, a história da Psicologia no Brasil pode ser traçada a partir do século 17, quando é possível identificar a formação de um saber psicológico, produzido pelo trabalho dos jesuítas da Companhia de Jesus, na manutenção da máquina colonial. Apesar dos religiosos estarem ideologicamente alinhados ao pensamento da metrópole, alguns, e em especial o Padre Antônio Vieira, se posicionaram contra os interesses dela ao produzirem obras vinculadas à educação de crianças, desenvolvimento de

capacidades intelectuais e adoecimento individual e social, bem como uma crítica ao tratamento desumano dado às pessoas negras escravizadas e indígenas.

No fim do século 19, a Revolução Industrial transforma profundamente os modos de trabalho, e o viés científico ganha predominância em face ao religioso. O intercâmbio de ideias da Europa para o Brasil amadureceu o pensamento sobre o fenômeno psicológico, e as faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia se tornaram polos de produção de conhecimento deste campo, respondendo às necessidades da sociedade que estava se formando à época. A partir dos anos 1920, a Psicologia, vinculada ao ideário liberal das camadas médias e intelectuais interessadas num projeto de modernização do país, torna-se a ferramenta utilizada nas Escolas Normais para a reforma da Educação.

Consolidação da profissão

Durante a primeira metade do século 20, em paralelo à criação de universidades como a UFRJ e a USP, o ensino da Psicologia adentra os cursos de Medicina, Filosofia, Direito e Pedagogia. A área se expande com a criação do Laboratório de Psicologia Educacional, com a realização de congressos, atividades de pesquisa científica e a abertura de clínicas - mas a prática profissional ainda não estava regulamentada.

Em 1953, é criado o primeiro anteprojeto de lei para regulamentação da profissão, mas somente em 27 de agosto de 1962, a Lei n.º 4.119, que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão, é homologada no Brasil.

A regulamentação ocorre durante o governo de João Goulart, mas a área em si se desenvolve como profissão, em seus anos iniciais, durante o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Naquele momento, as práticas psicológicas eram orientadas principalmente pelo modelo biomédico, isto é, exercia-se uma Psicologia focada na doença, individualizante e que entendia o sofrimento como de origem biológica, além de operar sob a chave de que as pessoas desviantes precisariam se ajustar à norma social.

Em termos institucionais, a Lei n.º 5.766/71 estabelece o Sistema Conselhos de Psicologia, composto pelo Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais, e surgem também os sindicatos da categoria. Como entidades de regulamentação, os Conselhos determinam quais são as funções sociais da profissão, orientam, fiscalizam, disciplinam e normatizam o exercício da Psicologia. *Saiba mais na matéria sobre as Subsedes.*

A redemocratização

No fim da década de 70, a luta pela democratização da sociedade brasileira passa a ser a luta da Psicologia, pois “não é possível ser saudável sem liberdade”. A década de 80 marca uma mudança de paradigma. Por um lado, considerada, até aquele momento, uma ciência e uma profissão extremamente elitistas, que atendiam demandas das classes dominantes sendo subservientes à abordagem do desajuste e da normatização de pessoas pobres; por outro lado, a luta pela redemocratização fortalecia a perspectiva crítica da Psicologia.

Psicólogas e psicólogos, outrora encerrados nos consultórios, passam a fazer parte ativamente de movimentos sociais e políticos, tanto nas Diretas Já pela democracia, como pelos movimentos de saúde pública e da luta antimanicomial. A emergência de novos campos, como Psicologia Social, Comunitária, Escolar Crítica, entre outros, faz com que seu posicionamento esteja voltado para o contexto latino-americano e brasileiro, portanto, territorial.

Em 1985, é fundada a Federação Nacional dos Psicólogos, o sindicato que visava a construção de pautas nacionais para a categoria. Dois anos mais tarde, em 1987, é elaborada a Carta de Bauru, no âmbito do II Congresso Nacional dos Trabalhadores de Saúde Mental. O documento marca o compromisso da Psicologia com a liberdade, cidadania e Direitos Humanos, posicionando-se contra os manicômios, a mercantilização da doença e a reforma sanitária privatizante. A Reforma Psiquiátrica é resultado dessa luta, com o objetivo de modificar o sistema de tratamento e eliminar a internação que exclui e isola pacientes.

Assim, em 1988, é promulgada a Constituição Federal, também conhecida como Constituição Cidadã, referida como marco aos direitos do povo brasileiro, por garantir liberdades civis e estabelecer deveres do Estado. O Sistema Único de Saúde (SUS) é a primeira grande política decorrente dela, que reconhece o direito universal à saúde.

Psicologia e Direitos Humanos

As lutas pela democracia e o comprometimento com os Direitos Humanos reposicionam a Psicologia no campo social. Com a Lei da Reforma Psiquiátrica, de 2001, e o fechamento de manicômios e hospícios, o Ministério da Saúde cria os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), espaços onde o tratamento é humanizado e feito com equipes multiprofissionais nas quais a Psicologia está presente. Outros serviços de saúde com presença obrigatória de psicólogas e psicólogos são criados na sequência, como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS).

O diálogo da Psicologia com movimentos e coletivos é fundamental para articular o campo na direção da autoafirmação, no entendimento de suas especificidades e na produção de Políticas Públicas em saúde. No campo da diversidade sexual e de gênero, a homossexualidade era considerada transtorno mental pelo Catálogo Internacional de Doenças (CID) até 1985, e a epidemia de HIV/AIDS estigmatizou profundamente esta população. A modificação desses entendimentos só se deu a partir do debate com o movimento que hoje é

conhecido como LGBTQIA+, resultando na camisa-nha como dispositivo de prevenção e na amplitude da compreensão sobre diversidade sexual, de gênero e de constituição das subjetividades.

Desafios da pandemia de covid-19

Em 2020, a humanidade encontrou-se atônita com a pandemia de covid-19, que rapidamente se espalhou pelo globo. No mundo, em torno de 6,6 milhões de pessoas perderam a vida. No Brasil, foram mais de 690 mil óbitos e milhões de enlutadas e enlutados. Os impactos nos setores econômico e social foram grandes, com a reorganização da vida cotidiana, do trabalho e da sociabilidade. A Psicologia, por meio de suas diversas atuações, foi convocada a fazer-se presente na linha de frente dos hospitais, nos equipamentos de saúde, nas casas de repouso, nos presídios, nos atendimentos clínicos on-line e, principalmente, na atuação voltada às situações de emergência e calamidade pública.

O atraso da imunização contra a covid-19, no contexto brasileiro, prolongou a crise, acompanhado por políticas de desmonte do SUS e investimentos em um projeto conservador de saúde

mental, baseado no encarceramento das pessoas em sofrimento mental, na medicalização, no controle dos corpos e na homogeneização dos sujeitos. Neste sentido, o então governo lançou, em 2020, o Revogaço, pondo em risco diversas portarias da saúde mental criadas entre 1991 e 2014 e que asseguravam a existência dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), dos residenciais terapêuticos, das equipes de consultório na rua, do Programa de Volta para Casa e de toda a construção feita, até então, pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPs) direcionadas às políticas de saúde permeadas pelo cuidado em liberdade e pela lógica antimanicomial.

A crise sanitária aumentou a desigualdade social no Brasil, impulsionada também pelas crises econômicas e políticas, que têm o poder de abalar as bases da democracia e fragilizar os Direitos Humanos. A luta da Psicologia é na direção de fortalecer as instituições democráticas e garantir que direitos como moradia, trabalho, lazer e, sobretudo, saúde, façam parte do dia a dia de cada uma, de cada um. Destaca-se que, no decorrer da existência do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, o empenho coletivo e social esteve sempre presente nos exercícios das gestões, consolidando-se a cada novo plenário.

Podcast do CRP SP refaz os caminhos da Psicologia nos 60 anos da profissão

“Caminhos da Psicologia no Brasil: 60 anos de profissão” é uma série de seis episódios de podcast que abordam os processos, marcos e momentos fundamentais que compõem a história da Psicologia no país, desde a regulamentação até os dias de hoje. A **Comissão de História e Memória** (CHM) e a **Comissão de Comunicação** (ComCom) do XVI Plenário do CRP SP, junto à equipe técnica, realizaram a escuta de 30 fontes da Psicologia, dos movimentos sociais e de outras instâncias constitutivas da profissão. Resultaram em cerca de 20 horas de gravação de depoimentos somados à consulta de muitos documentos para coleta de memórias, saberes e experiências, a fim de refletir sobre o lugar que ocupamos e para onde podemos seguir na Psicologia.

Acesse o podcast nas plataformas de áudio (Spotify, Deezer, Apple Podcasts, Amazon Music, Google Podcasts e Anchor) e no canal no YouTube do CRP SP, com recurso de LIBRAS e legendas, para acessibilidade do conteúdo!



**Esta matéria usa também como referência bibliográfica o artigo A Psicologia no Brasil: Um Ensaio Sobre suas Contradições, de Mitsuko Aparecida Makino Antunes, publicado na edição 32 da revista Psicologia: Ciência e Profissão, em 2012.*

DO CRP DE NÚMERO 01 AOS MAIS RECENTES

A História da Psicologia é construída a partir das trajetórias de profissionais como as pioneiras Virgínia Bicudo e Mathilde Neder e o pioneiro Arrigo Leonardo Angelini, assim como a nova geração, representada, nesta edição, pelas psicólogas recém-inscritas no CRP SP Karina Carvalho Curcio e Julia Thomazetti Paes Barreto

Além de se constituir como componente das lutas e movimentos sociais pela democracia e Direitos Humanos no Brasil, o legado da Psicologia brasileira também está presente nas trajetórias profissionais e acadêmicas de psicólogas e psicólogos que tornaram este campo de atuação o que ele é hoje: aliado à ética, diverso e plural. Do CRP de número 01, como o do Arrigo Leonardo Angelini, que está ativo até hoje, até os mais recentes, como os das recém inscritas Karina Carvalho Curcio (CRP 06/184465) e Julia Thomazetti Paes Barreto (CRP 06/176985), todas e todos que compõem (e compuseram) o contingente de profissionais da área são parte da História da profissão. Confira, a seguir, um balanço da trajetória da geração pioneira e da que está começando agora!

Com intensa produção acadêmica e atuação institucional, resultado de seus mais de 40 anos na Universidade de São Paulo (USP), Arrigo Leonardo Angelini tem uma trajetória marcada pela mobilização em torno da regulamentação da Psicologia no Brasil. Por conta desse entrosamento, é dele o registro profissional de número 01, não somente do estado de São Paulo, mas do Brasil todo. Entre suas primeiras atuações como psicólogo, esteve no Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, no qual contribuía

na aplicação de testes para o processo seletivo daqueles que viriam a trabalhar nas estradas de ferro de São Paulo.

Anos mais tarde, em 1958, Arrigo se articulou pela regulamentação da Psicologia, um campo que, naquele momento, constituía-se de profissionais que atuavam na tradução e aplicação de testes. “Na época, na Câmara Federal, onde se discutia o assunto, prevalecia a ideia de que a atividade da psicóloga deveria ser submetida à do médico (sabendo-se que poucos tinham formação em Psicologia)”, comenta. O projeto só foi formalizado em 27 de agosto de 1962, por meio da Lei n.º 4.119, depois de intensos debates que envolviam, entre outras questões, a retirada da expressão *clínica* do processo, uma vez que ela trataria de funções médicas. Nesse período, Arrigo já era professor titular de Psicologia Educacional nos cursos de Pedagogia e de Filosofia na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da USP, cumprindo posteriormente três mandatos de diretor do Instituto de Psicologia na mesma instituição. Com a criação do Conselho Federal de Psicologia (CFP), em 1973, Arrigo é designado como presidente do I Plenário e Virgínia Leone Bicudo, como vice-presidenta.



Virgínia, inclusive, é outra personagem fundamental nesta história. Filha de um casal interracial, com mãe branca, descendente de imigrantes europeus, e pai negro, descendente de africanos que foram escravizados, ela nasceu em 1910 e vivenciou, desde cedo, o racismo. Em 1932, formou-se educadora sanitária pela Escola de Higiene e Saúde Pública da USP e atuou em diversos órgãos estaduais e municipais. cursou a graduação de Ciências Políticas e Sociais da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), sendo a única mulher de sua turma. Virgínia foi uma das primeiras intelectuais no Brasil a estudar os efeitos do racismo nas subjetividades de pessoas negras, tornando-se a primeira mulher negra psicanalista e professora universitária do país.

Embora sua obra tenha obtido pouca repercussão à época, ela vem sendo reconhecida e valorizada nos últimos anos. O Conselho Federal de Psicologia, por exemplo, instituiu, em 2022, o prêmio profissional "*Virgínia Bicudo: Práticas para uma Psicologia Antirracista*", com foco em questões raciais, posicionamento antirracista, impacto na saúde mental e redução das desigualdades sociais. Em 2020, a Comissão de História e Memória do XVI Plenário do CRP SP realizou a live "*Virgínia Leone Bicudo: Uma História de Luta, Resistência e Pioneirismo*". Apesar de ter falecido em 2003, seu CRP, de número 02, é mantido simbolicamente ativo.

Quem também integrava o I Plenário do Conselho Federal de Psicologia era Mathilde Neder, como suplente. Assim como Arrigo, Mathilde se formou em Pedagogia pela Universidade de São Paulo e construiu sua trajetória a partir do campo da Psicologia Hospitalar. Em 1957, iniciou sua atuação no recém-criado Instituto Nacional de Reabilitação da Faculdade de Medicina da USP, sendo precursora no desenvolvimento da Psicoterapia Breve no Brasil. A profissional teve importante papel na criação e coordenação de cursos de Psicologia em nível superior. Foi chefe de departamento da instituição que originaria, anos depois, a Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), contribuindo para a criação do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica. Mathilde também foi presidenta do conselho diretor e editora da revista *Psicologia Hospitalar*, entre 1991 e 1998. Seu registro profissional, que está ativo desde 1974, é o de número 04.

Pioneiras/os da Psicologia: primeiras inscrições no CRP SP

Arrigo Leonardo Angelini	01
Virgínia Leone Bicudo	02
Oswaldo de Barros Santos	03
Mathilde Neder	04
Odette Lourenção Van Kolck	05
Waldecy Alberto Miranda	06
Geraldina Porto Witter	07
José Glauco Bardella	08
Romeu Morais Almeida	09
Lygia Sa Fortes Neddermeyer	10
Lúcia Carvalhaes Bonilha Keller	11
Maria do Rosário Brant Itapura	12
Marília Albino de Amorim	13
Suzy Vijande Cambraia	14
Antonio Carelli	15
Antonio Waldir Biscaro	16
Carlos del Nero	17
Dante Moreira Leite	18
Heriberto Belculfine	19
Joel Antonio Gosling	20
Samuel Pfromm Netto	21
Sergio Vilela Monteiro	22
Therezinha Moreira Leite	23
Aurora Celli	24
Jose Novaes Paternostro	25
José Donato Procopio	26
Betti Katzenstein Schoenfeldt	27
Nestor Efraim Rojas Boccalandro	28
Joao Carvalhes	29
João Marcos dos Santos Varella	30

Como parte das celebrações dos 60 anos de regulamentação da Psicologia no Brasil, Mathilde recebeu, em agosto de 2022, Mês da Psicologia, a primeira unidade da nova Carteira de Identificação Profissional (CIP). A cerimônia contou com a presença da presidenta do XVI Plenário do CRP SP, Tatiane Rosa da Silva (CRP 06/122671), da presidenta do XVIII Plenário do CFP, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CRP 13/5496), além de amigas e ex-alunas de Mathilde. "Foi um encontro incrível, que mantém nossas esperanças fortalecidas, e uma necessária femenação, por suas grandes contribuições à profissão, pelas lutas e defesas que culminaram nos avanços na trajetória da Psicologia no nosso país e no estado de São Paulo", ressaltou Tatiane sobre o evento.

Arrigo, Virgínia e Mathilde são parte da constituição histórica da Psicologia brasileira e contribuíram intensamente em sua fundação institucional e legal. Já Karina Carvalho Curcio (CRP 06/184465) e Julia Thomazetti Paes Barreto (CRP 06/176985) fazem parte da nova geração de psicólogas e psicólogos, que se beneficiam do acúmulo de lutas passadas e projetam o futuro que almejam para a profissão, como, por exemplo, a garantia do acesso democrático à saúde.

Karina recebeu seu registro na simbólica véspera dos 60 anos da aprovação da Lei n.º 4.119/62, em 26 de agosto de 2022. A recém-formada atua em clínica popular e considera que é preciso democratizar o acesso à Psicologia. “Vejo que a perspectiva sobre a nossa área mudou muito com a pandemia, inclusive por parte de profissionais da saúde, que passaram a recorrer aos serviços, e entre as próprias psicólogas, que passaram a se valorizar mais”, avalia. Atualmente, ela cursa pós-graduação em Neuropsicologia no Hospital Albert Einstein.

Julia também recebeu seu registro profissional neste ano. Ela trabalha com Psicologia Clínica, mas busca grupos de estudo e de trabalho para sair da

atuação solitária e individualizada, e considera que a ruptura com a ideia de uma Psicologia neutra seja o futuro da profissão. “Essa perspectiva desvinculada da realidade, do contexto, faz com que perpetuemos diagnósticos e violências. Temos que firmar nosso compromisso de estarmos ligadas às Políticas Públicas”, frisa. Para que isso aconteça, Julia entende que é necessário revisitar as concepções de Psicologia na formação, mobilizando conceitos como gênero, raça, classe e sexualidade, além dos impactos socioeconômicos.

O que as duas recém-formadas têm em comum é a perspectiva de uma Psicologia voltada para todas e todos. “Eu espero que a Psicologia se torne cada vez mais abrangente e acessível, especialmente no sistema público de saúde”, almeja Karina.

A História da Psicologia, como dito anteriormente, não é linear e nem sempre se constituiu do mesmo jeito, isto é, democrática, aliada aos Direitos Humanos e fundada na ética. Seus direcionamentos e posicionamentos são resultados da ação coletiva e histórica de psicólogas e psicólogos que compõem esta ciência e profissão. Conhecer o passado nos ajuda a pensar melhor o presente e nos projeta para o futuro.

Imagens: Acervo pessoal de Lígia Assumpção Amaral.

CRP SP lança documentário sobre Lígia Assumpção Amaral, pioneira da Psicologia na questão das pessoas com deficiências

Nos 60 anos da regulamentação da Psicologia no Brasil, o CRP SP também relembra a vida, obra e legado da psicóloga Lígia Assumpção Amaral, protagonista do volume 14 da série de documentários *Pioneiras da Psicologia*. O filme *Psicologia e a Luta de Pessoas com Deficiência: de Lígia Assumpção Amaral aos debates contemporâneos*, produção da Comissão de História e Memória e da Comissão de Comunicação do XVI Plenário, insere as reflexões sobre as pessoas com deficiência nos debates atuais, problematizando o capacitismo e a diversidade de corpos, subjetividades e experiências de estar no mundo.



Acompanhe o documentário pelo QR Code ou acessando pelo canal do CRP SP no YouTube, em versão com audiodescrição.



*As informações usadas para a escrita sobre Mathilde estão no artigo Mathilde Neder, publicado pelo periódico *Psicologia Ciência e Profissão*, na edição de Junho de 2005.

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA PSICÓLOGAS NA PRÁTICA CLÍNICA



Nove entre dez profissionais de Psicologia são mulheres, e a violência sexual pode recair nas psicólogas mais do que imaginamos

Ilustração: Julia Sanchez.

A violência de gênero afeta toda a sociedade, inclusive nós, profissionais da Psicologia, em nosso exercício profissional. As violências atravessadas pela assimetria nas relações de gênero, considerando sua dimensão social, política, econômica, jurídica, comunitária, intrafamiliar entre outras instituições, evidenciam a função patriarcal de dominação - exploração de mulheres. Assim cada situação deve ser analisada em sua produção social e histórica. Junto ao machismo presente na violação da mulher, devemos considerar as demais desigualdades em jogo na situação de violência, como o racismo, o capacitismo, a lgbtphobia, a gordofobia e os mecanismos de naturalização e escamoteamento das violências sofridas.

Organizando normas de manutenção do patriarcado, tal como acontece em diversos momentos na vida das mulheres, situações violentas contra as psicólogas também são naturalizadas na prática clínica, dificultando sua identificação, nomeação e os limites destas experiências. Quando identificada a violação, é recorrente transferir para as mulheres a culpa pela violência sofrida, impedindo sua proteção.

Enquanto produção sócio-histórica, as mulheres são ensinadas a não reconhecer e a não falar sobre situações violentas vividas. Convivem com o constrangimento ao revelá-las, pois são colocadas em dúvida, sendo muitas vezes acusadas de terem provocado a

situação violenta e resultando em maior sofrimento, medo e dificuldades na busca por proteção. Ao ser violentada, é comum escutar que aquele mal-estar percebido teria sido uma "má compreensão" da situação ou que "não seria a intenção" de quem a violentou. Quando limites são impostos pelas mulheres por meio de resposta adequada à violência sofrida, muitas vezes a reação do homem é violenta, visando ao silenciamento e à anulação da experiência nomeada por ela.

Como isso nos afeta no cotidiano profissional?

Em roda de conversa realizada pelo Núcleo de Psicoterapias do CRP SP, tomamos conhecimento de situações de violência de gênero, especificamente violência sexual no trabalho, como uma realidade vivenciada pelas psicólogas na prática clínica (presencial e remota).

Na ocasião, as psicólogas relataram situações diversas vividas em atendimentos on-line, tanto em sessões marcadas com urgência, nas quais o autor da violência, ao entrar na sessão e apresentar demanda em relação à sexualidade, coagia as profissionais, alegando sigilo profissional, e as violentava verbalmente com conteúdo sexual, chegando a exibir partes do corpo e a se masturbar; quanto em atendimentos continuados, nos quais muitas vezes a violência era nomeada por aquele que violentava como envolvimento afetivo, sem consentimento da profissional, caracterizando uma

situação de violência. Muitos casos foram seguidos de ameaças, perseguições, calúnias, xingamentos nas redes sociais e descrédito da profissional. Essas situações, frequentemente nomeadas como assédio, são expressões da violência de gênero, devem ser identificadas como situações de violência e precisam ser prevenidas, coibidas e enfrentadas.

A violência sexual no ambiente de trabalho é a conduta manifestada fisicamente por palavras, gestos ou outros meios propostos ou impostos às mulheres contra suas vontades, causando constrangimento e infringindo a sua liberdade sexual.

A violência ultrapassa o limite do vínculo terapêutico e, por seu potencial traumático, vem acompanhada por certo nível de não reconhecimento da situação. Muitas profissionais sentem receio de que essas situações lhes causem ainda mais danos, como ações judiciais ou difamações na internet, e experimentam a vergonha e o medo de atender novos pacientes homens, colocando-se em dúvida quanto à própria percepção ou capacidade profissional. “Já ouvi muitos relatos de psicólogas achando que não se pode quebrar o sigilo profissional ou que não se pode falar daquilo para ninguém. Mas se o sujeito comete um crime sexual, ele deixa de ser um usuário e o Código de Ética prevê esses casos quando a vida da psicóloga está em risco”, diz a psicóloga Lilianny Souza (CRP 01/20871), uma das organizadoras da roda de conversa realizada pelo CRP SP.

Como diferenciar uma demanda de tratamento de uma violência sexual?

Psicólogas recém-formadas e profissionais sem autonomia financeira costumam estar entre os alvos tidos como mais vulneráveis, principalmente quando divulgam seu trabalho pela internet.

Conforme explica Lilianny, as situações de violência sexual apontam padrões, como por exemplo, um homem entra em contato se passando por paciente em potencial e querendo marcar uma consulta, apresentando algumas atitudes que causam estranhamento. Acompanhe o quadro a seguir.

Esteja atenta aos sinais!

- Paciente com foto estranha de perfil ou sem foto;
- Faz contato em qualquer horário;
- Pedir atendimento com urgência (para o mesmo dia, no máximo, dia seguinte) e exige atendimento on-line;
- Fala algo para fragilizar ou sensibilizar a psicóloga;
- Diz que há uma informação importante a ser explicada por ligação antes da consulta e liga incansavelmente por chamada de voz e/ou por vídeo. Oferece fazer o pagamento logo depois da ligação e/ou pagar o dobro.
- Se a ligação é atendida, a pessoa relata conteúdos de cunho sexual e se masturba durante o atendimento;
- Dá informações demais sobre o caso, mesmo por mensagem;
- Em geral, as questões com teor sexual inicialmente aparecem como “se sentir mal de ser olhado por mulheres”, ter um “filho com compulsão por se masturbar”, ser “viciado em pornografia”;
- Quando é colocado limite real, o violador adota discurso sexual misturado a ofensas à psicóloga nas diferentes redes sociais.

O que fazer?

- Legítima a sua experiência e a violência sofrida;
- Compartilhe com pessoas com quem se sinta segura e protegida, busque rede de apoio;
- Solicite sempre o preenchimento de ficha de atendimento antes de realizar qualquer sessão;
- Organize um dossiê de imagens, áudios e gravações das situações vividas;
- Denuncie formalmente, registrando boletim de ocorrência policial na Delegacia das Mulheres, tipificando o crime como “importunação sexual”;
- Interrompa a prestação de serviço imediatamente ao identificar situações de violência sexual.

A violência sexual viola a dignidade e os direitos fundamentais da vítima, tais como a liberdade, a intimidade, a vida privada, a honra, a igualdade de tratamento, o valor social do trabalho e o direito ao trabalho digno.

Violência sexual é crime! Denuncie!

Busque orientação no CRP SP:

orientacao@crpsp.org.br

Este artigo contou com as colaborações de Livia Santiago Moreira, Letícia Martins de Oliveira, Lilianny Souza e Natália Parolin (Núcleo de Psicoterapias da Subseção Metropolitana).

JORNAL PSI CHEGA A 201 EDIÇÕES

Confira os destaques da quarta década (2010 a 2022) da publicação do CRP SP

Ao longo de mais de quatro décadas de existência, o Jornal Psi trouxe importantes discussões no âmbito da Psicologia e da sociedade, voltando-se à prática profissional, à atuação ética e aos Direitos Humanos.

No encerramento da série sobre os 40 anos da publicação, destacamos, a seguir, alguns dos marcos tratados em suas páginas no período de 2010 até hoje, com destaque aos debates em torno da Luta Antimanicomial, da violência de gênero, da saúde mental e do capacitismo.

O tráfico de pessoas e o trabalho escravo foram temas da edição **n.º 168**. A denúncia de que sete adolescentes, identificadas como travestis e vindas do Pará, estavam sendo obrigadas a se prostituírem na cidade de São Paulo levantou as reflexões sobre como a Psicologia pode se inserir nesse campo para oferecer acolhimento e prevenção às vítimas.

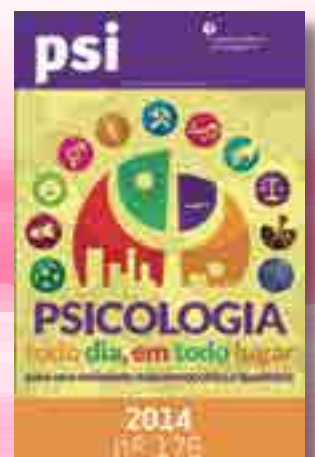
A edição **n.º 172** abordou a violência doméstica e sexual a partir do trabalho de psicólogas e equipe multidisciplinar da Casa Eliane de Grammont.

Outro tema foi a Expedição Marco Veron ao território indígena dos Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, com uma equipe de psicólogas e psicólogos que avaliou o impacto dos despejos e ameaças de morte na saúde mental da população local.

A VII edição do prêmio Arthur Bispo do Rosário, destaque do **n.º 179**, apresentou a produção artística de usuárias e usuários dos serviços de saúde mental, por meio de oficinas realizadas pelas subseções do CRP SP. No campo dos Direitos Trabalhistas, o Jornal Psi elencou 30 razões para apoiar a luta pelas 30 horas semanais, sem redução de salário, como colocado pelo Projeto de Lei n.º 3.338.

Em 2016, foi realizado o 9º Congresso Nacional de Psicologia (CNP), instância que discute e delibera as políticas prioritárias que pautam o Sistema Conselhos de Psicologia. A edição **n.º 186** fez uma recuperação histórica do evento, marcado pelo processo de democratização brasileira, com a Constituição Federal e o alinhamento entre Psicologia e Políticas Públicas a partir dos anos 2000.

Imagens: Arquivo CRP SP. Arte: Paulo Mota





A série *Os 13 porquês*, da Netflix, lançada em 2017, levantou o debate sobre suicídio entre jovens e motivou a seguinte pergunta na edição n.º 190: a veiculação de conteúdos midiáticos em torno do suicídio serve de alerta e orientação sobre o assunto ou só acaba por influenciar negativamente as pessoas?

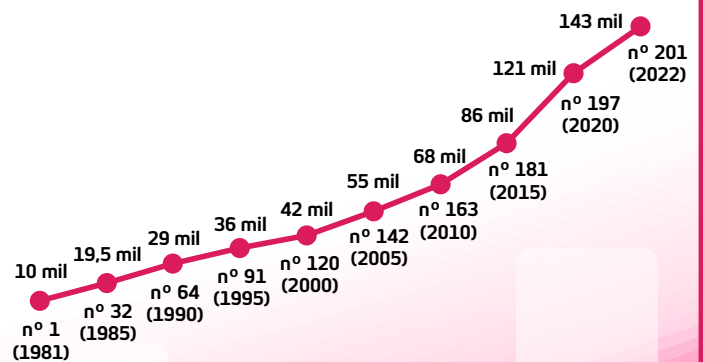
A saúde foi o foco da edição n.º 192, com matéria sobre os ataques às Políticas Públicas em torno do SUS e da transferência de recursos públicos para a iniciativa privada. Já o caso dos dois jovens que entraram armados em sua antiga escola, na cidade de Suzano, e mataram cinco estudantes e dois funcionários, foi tema da edição n.º 196, ressaltando a atuação da equipe multidisciplinar do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) junto à comunidade escolar após a tragédia.

Em 2020, a pandemia de covid-19 impacta profundamente a todas e todos. A edição n.º 197 foi especialmente dedicada à crise sanitária e às suas mudanças estruturais no âmbito da saúde mental, com relatos de profissionais da Psicologia.

Chegando ao n.º 200, o Jornal Psi reafirma o envolvimento indissociável da Psicologia na Luta Antimanicomial, com matéria especial sobre a Reforma Psiquiátrica e a campanha que percorreu o estado de São Paulo com as projeções de rua #PorUmSUSAntimanicomial.

Confira as edições do Jornal Psi no site do CRP SP.

Acompanhe o crescimento da tiragem do Jornal Psi (em números de exemplares)



CRP SP ESTÁ PRESENTE NOS DIVERSOS TERRITÓRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho conta com 11 subsedes abrangendo interior, litoral e região metropolitana

Arte: Paulo Mota.

A Lei n.º 5.766, de 20 de dezembro de 1971, estabelece a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Psicologia. Institui os Conselhos como autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público e com autonomia administrativa e financeira, destinadas a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional da Psicologia em cada estado brasileiro, zelando pela ética e disciplina da profissão.

No estado de São Paulo, são 11 subsedes abrangendo os municípios do seu entorno, sendo elas: Alto Tietê, Assis, Baixada Santista e Vale do Ribeira, Bauru, Campinas, Grande ABC, Metropolitana, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Sorocaba e Vale do Paraíba e Litoral Norte. As subsedes representam o CRP SP nos territórios e pautam-se por uma gestão inserida nas localidades e em diálogo com as especificidades dos municípios. São administradas pelas Comissões Gestoras, compostas por psicólogas e psicólogos integrantes da gestão. Possuem equipes técnicas próprias, que realizam atendimento administrativo, orientações profissionais, fiscalizações e acolhem outras demandas das localidades.

Também contam com Núcleos Temáticos, que tratam de assuntos do interesse da sociedade e da categoria, abertos à participação de profissionais de Psicologia, e que podem estar integrados às comissões estaduais do CRP SP. As subsedes mantêm vínculos estratégicos com entidades e poder público, para defesa e construção das temáticas relevantes à Psicologia.

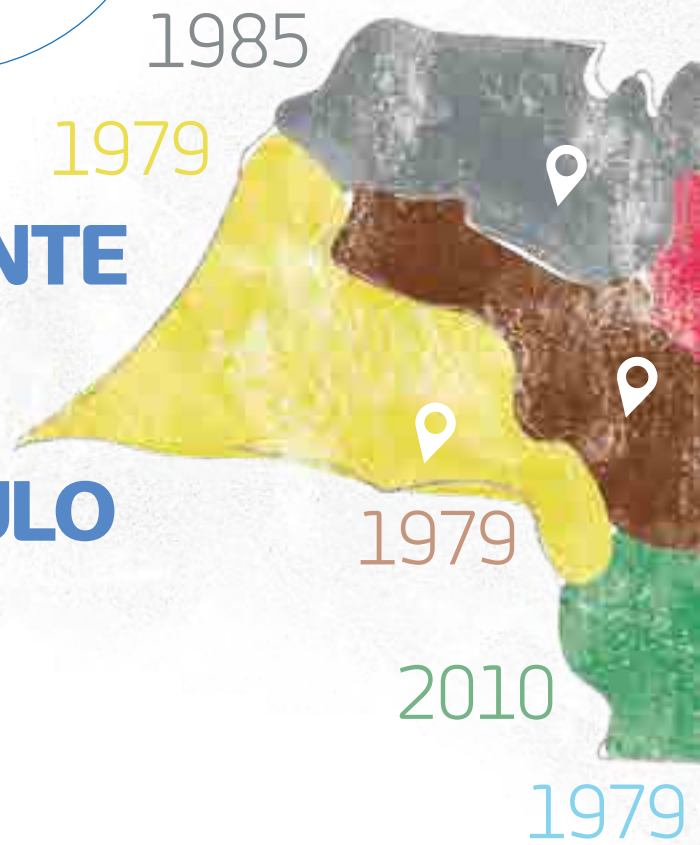
A seguir, compartilhamos um pouco da história e das características de cada território.

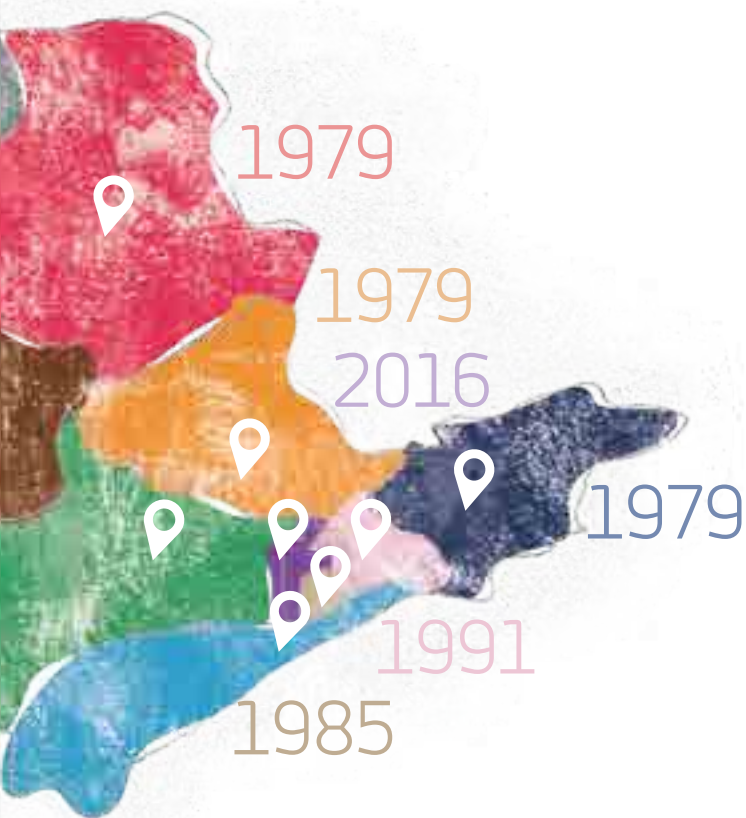
Alto Tietê

A Subsede Alto Tietê foi inaugurada em 1991, na cidade de Guarulhos. Já naquela época, parte da categoria, em especial quem residia e atuava nas cidades próximas à linha de trem, se mobilizou para que a subsede fosse transferida para a cidade de Mogi das Cruzes. Nas preparatórias para o 9º Congresso Regional da Psicologia de São Paulo (COREP), em 2016, foi aprovada a proposta de mudança para Mogi. Para além do atendimento e orientação às psicólogas e aos psicólogos, a subsede mantém vínculo ativo com entidades e movimentos da região, como o Fórum de Saúde Mental, Rede de economia solidária, Fórum LGBTQIA+, Movimento de Mulheres e parcerias com universidades, construindo diálogos, ações conjuntas e espaços de representações.

Assis

Em 1979, foi criada a Subsede Assis no Paço Municipal da cidade. Naquela época, o termo “delegacia” ainda era empregado para se referir às subsedes. Nos primeiros anos de funcionamento, suas atividades foram basicamente administrativas, como recebimento de documentação, pedidos de cancelamento e envio de processos para a sede em São Paulo. Com o passar do tempo, ações para organização da categoria e compromissos com as mudanças políticas foram se tornando mais presentes. Em 1987, no contexto da publicação da Carta de Bauru, a subsede realizou encontro com profissionais de





saúde mental, reivindicando uma outra perspectiva da Psicologia e da psiquiatria. Desde então, tem participado e construído pontes sobre temáticas de saúde mental, educação, trabalho e assistência social.

Baixada Santista e Vale do Ribeira

A Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira chamava-se Delegacia de Santos quando foi inaugurada em 1979. Com atuação territorializada no litoral paulista, a subsede esteve envolvida em mobilizações em torno da Luta Antimanicomial, como no 3º Encontro Nacional de Entidades de Usuários e Familiares da Luta Antimanicomial, em 1993, e no ato com familiares de pessoas com transtorno mental, pelo fechamento de hospitais psiquiátricos, na Assembleia Legislativa de São Paulo, em 1994. Em ações mais recentes, tem realizado notas, informes e rodas de conversa, com apoio dos Núcleos Temáticos de Psicoterapia e Direitos Humanos e participado de eventos cujos temas variam de povos indígenas, descriminalização do aborto e saúde mental de jovens em sistemas socioeducativos, entre vários outros.

Bauru

A Subsede Bauru foi instalada em 1979, ocupando uma sala comercial no centro da cidade, numa época em que o exercício profissional estava em ascensão no estado. Pautada pelo fortalecimento da atuação de psicólogas e psicólogos no território, em 1987, criou

as comissões de Saúde, de Educação e a de Trabalho, além de participar do 2º Congresso de Trabalhadores da Saúde Mental, que deu origem ao Documento Antimanicomial, referência para as políticas utilizadas em nível nacional. A subsede também participou da produção de diversos documentos orientativos, como o caderno dos 40 Anos da Psicologia na Região de Bauru, o livro Práticas Psicológicas e Reflexões Dialogadas, entre outros materiais. Está presente em diversas instâncias de representação, como nos Conselhos de Controle Social, Fóruns e Movimentos Sociais.

Campinas

Inaugurada em 1979, a Subsede Campinas, assim como todas as outras subsedes à época, funcionava sob um modelo de gestão centralizador e hierárquico, sendo substituído em 1992, quando o Conselho aderiu a uma administração mais presente e enraizada nos territórios. Um dos planos de ação era a descentralização das decisões políticas feitas pela sede, que acabou resultando no rodízio das funções de conselheiras e conselheiros, garantindo uma participação mais democrática da categoria, bem como a substituição de “delegada e delegado nomeado pela sede” por “Comissão Gestora indicada pelas psicólogas e pelos psicólogos radicados no território”. Entre os atos que participou, desde sua fundação, estão a Marcha Global contra Trabalho Infantil, o 1º Torneio Intercaps, evento de comemoração da Luta Antimanicomial e a Marcha dos Usuários pela Reforma Psiquiátrica Antimanicomial, entre muitos outros.

Grande ABC

A Subsede Grande ABC foi fundada em 1985, na cidade de Santo André, de modo a atender às demandas específicas dos territórios. Em seus primeiros anos de funcionamento, além do cumprimento de funções administrativas, como orientação, fiscalização e representação em diversas instâncias, posicionava-se também no debate sobre Psicologia Hospitalar, testes psicológicos e movimento pela Luta Antimanicomial. Esta última, inclusive, foi sempre uma causa de interesse da subsede, que apoiou o Fórum Popular de Saúde Mental da região ABCDMRR. Do período de 2010 a 2013, parcerias foram feitas com universidades da região para aproximar estudantes de Psicologia e o CRP SP. Entre os temas suscitados em eventos e ações promovidos pela subsede, estão saúde mental, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e práticas de Psicologia e Educação.

Metropolitana

A proposta de abrir uma nova subsede, em 2016, surgiu a partir da necessidade de aproximar o CRP SP das psicólogas e dos psicólogos dos territórios metropolitanos, rearranjando sua estrutura administrativa em relação ao atendimento de profissionais radicados nas cidades próximas. A criação da Subsede Metropolitana foi aprovada, então, no pré-congresso do 9º COREP, realizado na cidade de Guarulhos, que resultou numa articulação mais efetiva e na viabilização de ações locais com a inserção da Psicologia em debates sobre áreas de atuação profissional, como Políticas Públicas, Mobilidade Urbana, Deficiência, entre outras. Na região Metropolitana, o alcance do CRP SP foi expandido via Núcleos Temáticos, com a realização de rodas de conversa sobre Direitos Humanos, violência de gênero e de Estado, Luta Antimanicomial, entre outras, aproximando estudantes, categoria e sociedade civil.

Ribeirão Preto

A Subsede Ribeirão Preto foi criada em 1979, ainda sob a estrutura centralizadora e hierárquica, padrão da época, isto é, denominada de delegacia e composta pelas funções de delegada e delegado. Seu modelo de gestão mudou a partir de 1993, com a Comissão Gestora sendo formada pelas figuras da coordenação, subcoordenação e membras e membros. Entre as ações realizadas pela subsede nos últimos anos, destacam-se a presença no debate Movimento em Defesa da Saúde de Ribeirão Preto, em 2010, e o apoio presencial feito por gestoras a estudantes que ocuparam a Escola Estadual Otoniel Mota contra as ações do governo estadual, em 2015, a fim de entender as demandas e necessidades do corpo estudantil em defesa da educação pública, democrática e de qualidade. Em 2022, recebeu as projeções da Luta Antimanicomial na cidade, que tem importância histórica e pioneirismo na Reforma Psiquiátrica.

São José do Rio Preto

Em 1985, foi inaugurada a Subsede São José do Rio Preto a partir da reivindicação de um grupo organizado da região que fazia parte da Sociedade de Psicologia. Dentre as finalidades da então *delegacia* estavam funções burocráticas, representativas e políticas. Com a instalação da sede própria em 1996 e posterior reforma, seu espaço foi readequado para abrigar, entre outras

divisões, biblioteca e sala de arquivo. Em 2010, a aquisição de um novo conjunto, no mesmo edifício, possibilitou a criação de um auditório para cerca de 100 pessoas. Além do trabalho de atendimento e orientação à categoria e estudantes universitários, participa com representantes nos Conselhos Municipais de Controle Social, como o CMDI (Idosos), CMDCA (Crianças e Adolescentes), CMAS (Assistência Social), CME (Educação), Fundeb, entre outros.

Sorocaba

Inaugurada em 2010, a Subsede Sorocaba foi uma grande conquista da categoria, pois permitiu que profissionais pudessem ter atendimento e orientação em seu território, sem ter que se dirigir à capital ou a outras subsedes. Desde então tem realizado atividades nas áreas de saúde mental, educação e Políticas Públicas, em especial, para crianças e adolescentes, bem como promovido ações descentralizadas para abranger psicólogas e psicólogos de outras cidades. Localizada no município com o maior número de leitos em hospitais psiquiátricos do estado, a Luta Antimanicomial é uma das principais causas da subsede, que chegou a promover, em 2011, em parceria com outras entidades, fiscalizações no atendimento em Saúde Mental da prefeitura. Em 2017, participou da vigília, em Sorocaba, em memória dos assassinatos de pessoas LGBTQIA+, defendendo a educação para a diversidade.

Vale do Paraíba e Litoral Norte

A Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte foi criada em 1979 para facilitar o contato de profissionais da região com o CRP SP, sem a necessidade de deslocamento até a capital, onde se localiza a sede. Durante a década de 90, começou a busca por um imóvel para ser o local fixo da subsede em Taubaté. Depois de diversas mudanças, somente em 1998 é oficializado o endereço na região central da cidade. O espaço passou por reformas, em 2015, com o intuito de oferecer maior acessibilidade a profissionais e equipe de trabalho, tornando-a a primeira subsede com espaço totalmente acessível ao público. Entre suas atividades e ações, estão o atendimento, orientação e fiscalização da atuação profissional, a orientação a estudantes das faculdades da região e representação em Conselhos de Controle Social e outras entidades.



ESTANTE

Publicações do Sistema Conselhos de Psicologia que vão orientar você para a prática profissional

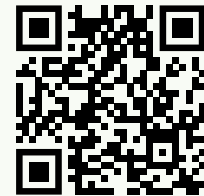
Confira os materiais mais recentes lançados pelo CRP SP e CFP com orientações profissionais e reflexões para pensarmos, juntas e juntos, sobre os desafios da Psicologia. Todas as publicações estão disponíveis nos sites dos dois Conselhos, contando com aplicação de texto alternativo para acessibilidade na leitura.

Acesse em crpsp.org e site.cfp.org.br

Biblioteca Virtual do CRP SP

Agora o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo conta com Biblioteca Virtual para facilitar o acesso às suas produções mais recentes.

Acesse pelo código QR CODE abaixo!



Documentos e Notas de Orientação



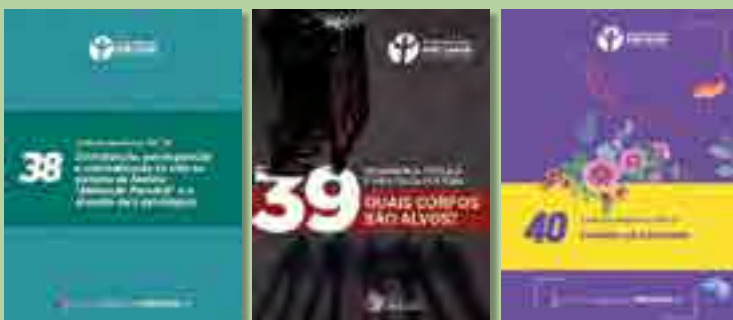
Código de Ética e Manual da Psicologia e Direitos Humanos



Produções no contexto da pandemia de covid-19



Série Cadernos Temáticos



**Série
CRP SP Orienta**



**Publicações do
Conselho Federal de
Psicologia**



**Referências
Técnicas
do CREPOP**



História e Memória



Conheça o XVII Plenário (Gestão 2022 - 2025)

Ana Tereza da Silva Marques
Annie Louise Saboya Prado
Camila Andrade de Oliveira
Camila Prandini Prandini
Carlos Eduardo Mendes
Carú de Paula Seabra Moreira Ribeiro
Davi Rodriguez Ruivo Fernandes
Dreyf de Assis Gonçalves
Eduardo de Menezes Pedroso
Fabiana Macena Luiz
Gabriela Alvim de Oliveira Freitas
Giseli de Fátima Assoni
Ione Aparecida Xavier
Ivani Teixeira Mendes
Janaina Darli Duarte Simão

Leonardo Maggi Gambatto
Lilian Suzuki
Luciane de Almeida Jabur
Magna Barboza Damasceno
Maria da Glória Calado
Maria da Piedade Romeiro de Araujo Melo
Marta Elaine de Lima
Mayara Aparecida Bonora Freire
Monica Cintrão França Ribeiro
Murilo Centrone Ferreira
Sonia Maria Motinho da Silva
Talita Fabiano de Carvalho
Tayná Alencar Berti de Souza
Valéria Campinas Braunstein
Wilson Flávio Lourenço Nogueira

